

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Caso gera preocupação no governo	2
Título: Ativos locais ganham força com sinais de articulação entre os três Poderes	3
Título: Capitalização da Eletrobras deve sair no início de junho	5
Título: Samarco prevê retorno em 2020 com alta margem de lucro.....	6
Título: Destaques	8
Título: EDP compra linha de transmissão de chineses.....	8
Título: Braskem elimina pendência, mas multa cresce.....	10
Título: Curta.....	11
Título: Venda de ativos da Petrobras volta ao STF.....	11
Título: Agenda para crescimento requer mais que reformas	14
Título: Relator da regra de ouro reduz aval a créditos à espera de clareza nas contas.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Ministro critica liminar do STF contra TAG	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: Estatais no tapetão	19
Título: Relator estuda conceder autorização parcial para governo federal descumprir regra de ouro	20
Título: Consultores de investimentos	22
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: O golpismo continua no ar.....	22
Título: Privatizações	24
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26
Título: Os ventos sopram, mas a economia não ajuda	26

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Fabio Graner e Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Caso gera preocupação no governo**

A decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo a venda da TAG causa preocupações na área econômica do ponto de vista da segurança jurídica e gera riscos de atrasos relevantes no programa de privatizações, em especial da Petrobras, mas também no caso de possíveis vendas de controle de subsidiárias de bancos estatais.

Há grande expectativa no governo com o julgamento no plenário do STF sobre o assunto amanhã, pois isso deve apontar o futuro de todas operações de venda de controle de empresas públicas. Mas fontes evitam fazer prognósticos sobre o resultado que virá do colegiado da corte constitucional. O programa de privatizações é um dos pilares da política econômica do governo Jair Bolsonaro.

Em meio às preocupações com o tema, o governo não tem uma estratégia definida para reverter a decisão no plenário do STF, segundo **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. "Não tem estratégia. O Supremo vai fazer o papel dele na quinta-feira [amanhã], e é isso", disse.

Ele reforçou a preocupação sobre o prejuízo que a decisão liminar concedida pelo ministro do STF Edson Fachin pode causar à percepção de risco dos investidores em fazer negócio no Brasil.

"O que nós queremos e o que o país precisa é de segurança jurídica. É isso que atrai investimento, dá tranquilidade e emprego. Então, vamos construir com ações estruturantes essa segurança jurídica onde ela não existe", afirmou Albuquerque. Segundo ele, o tema faz parte da agenda de ações prioritárias do ministério.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/05/2019****Seção: Finanças****Autor: Ana Carolina Neira, Marcelo Osakabe e Daniela Meibak | De São Paulo****Título: Ativos locais ganham força com sinais de articulação entre os três Poderes**

A percepção de que o clima de tensão entre os três Poderes está mais ameno abriu espaço para redução de prêmio de risco nos mercados brasileiros. Agora, o investidor vê motivos para ficar um pouco menos desconfiado com o ritmo de tramitação da reforma da Previdência, algo que sustenta a recomposição de preços dos ativos financeiros.

O Ibovespa subiu do começo ao fim do pregão e fechou em alta de 1,61%, aos 96.393 pontos, bem próximo da máxima do dia. Desta vez, o avanço contou com um giro financeiro robusto, de R\$ 17,8 bilhões, bem acima da média diária anual de R\$ 12 bilhões.

O bom humor também ajudou o real ganhar terreno em relação o dólar, num movimento que se descolou dos demais pares emergentes. A moeda americana encerrou em baixa de 0,27%, aos R\$ 4,0240. Já os juros futuros tiveram um comportamento ainda mais intenso. As taxas caíram em todos os vencimentos. O DI para janeiro de 2021 recuou de 6,75% para 6,61% e o DI para janeiro de 2025 foi de 8,51% para 8,34%.

O desempenho positivo dos mercados vem num momento que representantes do governo, do Congresso e do Judiciário têm buscado apaziguar o nervosismo. Ficou definido, inclusive, que os três Poderes assinarão um pacto de entendimento com metas e ações para a retomada do crescimento do país.

Com menos troca de farpas em Brasília, o foco parece ter retornado para a agenda econômica e a reforma da Previdência. Ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), prometeu agilizar a entrega do relatório da reforma para garantir que a proposta seja votada ainda no primeiro semestre na Câmara. "A fala de Maia foi definitiva para o movimento positivo do mercado. Ele deu o grande sinal que o mercado esperava de que fará tudo para aprovar a reforma o quanto antes", diz Eduardo Prado, sócio e responsável pela mesa de renda variável da RJ Investimentos.

A recuperação dos ativos só não foi maior porque, na Câmara, os deputados retiraram da pauta apreciação da Medida Provisória (MP) 868, que trata da modernização do marco regulatório do saneamento básico. A notícia, que veio no quarto final do pregão, fez o dólar se afastar da mínima de R\$ 4,0106, em que operou durante a maior parte da tarde. Já as ações ordinárias da Sabesp desaceleraram a alta para 1,45%, a R\$ 42,61, depois de subirem mais de 5%.

Ainda assim, os analistas destacam que o saldo do dia ainda permaneceu positivo. Para Marcelo Giufrida, gestor da Garde, as notícias recentes se somam a outros gestos no sentido de amenizar a relação entre representantes dos três Poderes. Entre os exemplos citados estão a saída do escritor Olavo de Carvalho da linha de frente da discussão pública, o avanço das MPs e o apoio do governo ao projeto de reforma tributária encabeçado pelo Congresso. "São pequenas notícias que apontam na direção de certa trégua do fronte institucional", diz o profissional. "Dado o atual nível de preços do mercado, esse movimento favoreceu a retomada de risco."

Entre os destaques da renda variável, as ações ordinárias da Petrobras fecharam em alta de 1,36%, enquanto as preferenciais se valorizaram 2,13%. Vale dizer, contudo, um risco ainda paira sobre os papéis da petroleira, após a decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), de vetar a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras. Esse é o maior desinvestimento já realizado pela companhia, mas houve entendimento de que o negócio não cumpre exigências de licitação prévia e autorização legislativa.

A Petrobras informou que vai recorrer da decisão e o mercado financeiro parece apostar nessa solução. "É bem provável que a empresa consiga reverter essa situação. O mercado já viu isso acontecer antes, então é preciso saber o desfecho", afirma Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

Ontem, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que o governo não definiu uma estratégia para tentar reverter a decisão. "O Supremo vai fazer o papel dele e é isso", disse. O julgamento do caso acontece na próxima quinta-feira, dia 30, no STF.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/05/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Capitalização da Eletrobras deve sair no início de junho**

O Ministério de Minas e Energia (MME) pretende apresentar o plano de capitalização da Eletrobras ao restante do Poder Executivo no início do mês que vem, disse o ministro Bento Albuquerque.

Desde o começo do ano, representantes do MME e da Eletrobras têm falado em junho para apresentação da proposta, mas sem deixar claro como isso ocorrerá.

"Estamos trabalhando com o Ministério da Economia, com a Advocacia-Geral da União, com a própria empresa e com todos os atores envolvidos dentro do governo", disse Albuquerque.

Depois disso, o projeto vai ser encaminhado ao Congresso, para que possa ser discutido e aprovado. "O diálogo é transparente e aberto", disse. A ideia é apresentar no Congresso ainda em junho.

Sobre o linhão de transmissão de Roraima, que interliga Boa Vista a Manaus, Albuquerque disse que o cronograma está sendo mantido e todas as conversas com as comunidades indígenas estão ocorrendo bem. "Acredito que, ao fim deste semestre, teremos a licença de instalação", disse.

Albuquerque reiterou que o governo busca perseguir maior governança e estabilidade nas regras do setor elétrico, a fim de ter um mercado mais atrativo e competitivo por investimentos. As declarações foram feitas em discurso na abertura do Brazil Wind Power.

O Projeto de Lei nº 10.985, que já foi aprovado pelo Senado e soluciona o impasse judicial em torno do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês para a diferença entre a energia vendida e a energia gerada pelas usinas), deve ser votado no plenário da Câmara "o mais breve possível", disse o ministro.

Segundo ele, passado esse período repleto de medidas provisórias na pauta do Congresso, Câmara e Senado devem retomar as dinâmicas próprias de avaliação de projetos de lei.

"Acredito que vamos vencer esse desafio. O PL é um projeto importantíssimo para o setor e todos estão conscientes disso", disse Albuquerque, que contou estar conversando "de forma exaustiva" com as lideranças políticas do

Congresso para esclarecer o tema. A expectativa, segundo ele, é que o PL possa ser aprovado ainda neste semestre.

O carvão mineral terá espaço como fonte de energia nos próximos leilões de geração para que sua participação na matriz, hoje em 1,9%, possa ser mantida nos próximos dez anos, disse o ministro.

Albuquerque destacou o papel importante das fontes renováveis no Brasil e as metas de redução das emissões de gás carbônico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Samarco prevê retorno em 2020 com alta margem de lucro

A mineradora Samarco se prepara para voltar a operar em 2020. A empresa vem intensificando contatos com antigos clientes para tentar refazer contratos e já calcula que terá margem elevada de lucro logo no início de sua retomada.

As atividades estão interrompidas desde novembro de 2015, quando a barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, ruiu. Dezenove pessoas morreram e milhares tiveram suas vidas afetadas. Os impactos ambientais levarão anos para serem sanados.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da Samarco, Rodrigo Vilela, afirmou que no ano passado a empresa obteve quase todas as anuências do órgão ambiental de Minas de que precisava.

Falta uma anuência do Ibama, que ele estima que sairá em até dois meses. E então, com essa última decisão, no segundo semestre a empresa deve obter as licenças finais das autoridades mineiras, segundo prevê o executivo.

"Esperamos uma retomada no segundo semestre de 2020", afirmou o executivo na sede da Samarco em Belo Horizonte.

A ideia da direção era reativar a produção assim que saíssem essas duas autorizações derradeiras. Mas no início deste ano, houve mudanças nos planos. Por decisão própria e de seus acionistas - as mineradoras Vale e BHP Billiton -, a Samarco vai instalar uma unidade de filtragem de rejeito antes de voltar a operar. Assim, reduzirá a quantidade de água no material. Com menos água, esse material passa a ser armazenado de forma mais segura. Parte dele será empilhado a seco e outra parte em forma de lama densa que será depositada em uma cava.

Até a queda da barragem da Vale em Brumadinho, em janeiro, a Samarco entendia que não haveria problema em reiniciar suas atividades lançando rejeito com água dentro dessa cava até que o sistema de filtragem ficasse pronto. A nova decisão é adiar a retomada até que a filtragem esteja pronta.

As obras de adaptação da cava, chamada de Alegria Sul, acabam de ser concluídas ao custo de R\$ 180 milhões. O investimento nos filtros será de R\$ 300 milhões. "Nós precisamos demonstrar para toda a sociedade que a Samarco vai voltar de uma maneira diferente", disse Vilela.

Além de antecipar a instalação do processo de filtragem, a direção também desistiu de construir um dique, um muro de material compactado, numa lateral da cava. Esse dique teria a função de aumentar a capacidade de armazenamento no local. Mas foi riscado do projeto, de forma que todo o rejeito ficará contido dentro da estrutural natural da cava, o que é mais estável.

"A cava terá vida útil de nove anos e nós desenharemos outra cava no plano de produção. A Samarco não volta mais com barragem de rejeito. Vamos utilizar o empilhamento a seco, esse é o nosso foco", afirmou. A diretoria não cita quão mais caro esse método será em relação a barragem.

Seguindo as novas regras para a mineração, a Samarco vai desmontar a barragem de Germano que ainda mantém em Mariana.

A paralisação da companhia, com seus 1.200 funcionários, tem custado US\$ 180 milhões por semestre, valores cobertos pela Vale e pela BHP. É uma fração do que foi até agora aportado em indenizações e auxílio financeiro aos atingidos (cerca de 1,4 bilhão) e em medidas de reparação e compensação (R\$ 5,3 bilhões).

Até Mariana, a Samarco era um dos maiores produtores de pelotas de ferro para siderurgias do mundo. Tinha 36 clientes em 19 países. "Nós mantivemos contatos com os clientes desde 2015 e talvez nos últimos seis meses de maneira mais intensa. E praticamente todos querem fechar contratos de longo prazo conosco novamente", afirmou Vilela.

Segundo ele, as conversas têm ocorrido sobretudo com clientes do Oriente Médio e da China. "Hoje existe uma demanda por material da Samarco muito elevada, até maior do que a nossa capacidade de produção em um primeiro momento", diz Vilela.

A Samarco vai voltar com 26% de sua capacidade, como já estava planejado. Depois, subirá para 60% e a 100%. Nessa primeira fase, a produção será de 8 milhões de toneladas de pelotas de ferro por ano. Em 2015, o ano do desastre,

a produção estava em 30,5 milhões de toneladas. A reserva de minério da companhia é de 2,2 bilhões de toneladas.

Cristina Morgan, diretora financeira da Samarco, lembra que até 2015 a empresa registrava margem Ebitda (lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação) próxima a 50%. A projeção da margem no primeiro semestre da retomada é de mais de 40%. "É um belo de um 'business'", resume a diretora.

A Samarco deve US\$ 3,8 bilhões, principalmente com detentores de seus títulos. Uma renegociação foi iniciada no fim do 2018 e interrompida após Brumadinho. "Estamos preparando um plano de negócios que será submetido aos acionistas. Tão logo a gente tenha esse plano, devemos fazer um novo 'approach' aos credores", disse Cristina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Mudanças na BR

O conselho de administração da BR Distribuidora aprovou as indicações do presidente da companhia, Rafael Grisolia, para a diretoria da empresa. Além dele, o economista Flavio Coelho Dantas será o novo diretor de Rede de Postos e Varejo e o engenheiro eletricista Marcelo Cruz Lopes assume a diretoria de Mercado Corporativo e Lubrificantes. O engenheiro de produção André Corrêa Natal substituirá José Roberto Lettiere no posto de diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: EDP compra linha de transmissão de chineses

A EDP Energias do Brasil deu mais um passo na estratégia de aumentar a presença em transmissão de energia. A companhia assinou acordo para adquirir a Litoral Sul Transmissora de Energia, sociedade de propósito específico (SPE) constituída para construir e operar duas subestações e uma linha de

transmissão de 142 quilômetros entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cujo investimento é estimado em R\$ 407 milhões.

O projeto corresponde ao Lote Q vencido pelo Consórcio Braferpower em abril de 2016, com deságio zero em relação à receita anual permitida (RAP) de R\$ 40 milhões -- R\$ 45,8 milhões em valores atualizados pelo IPCA. Segundo Miguel Setas, presidente da EDP Brasil, o investimento previsto já contempla um pagamento ao consórcio, que era composto pela fabricante brasileira de estruturas metálicas Brafer e pela chinesa CEE Power.

Considerando a alavancagem de 85% do investimento no empreendimento, a rentabilidade real alavancada da aquisição é superior a 12%, segundo a EDP.

"O contrato tinha rentabilidade interessante, foi feito num momento em que os leilões de transmissão ainda não estavam tão competitivos", explicou Setas, se referindo ao deságio zero em relação à receita máxima.

O certame em questão foi o primeiro feito sob novas regras e com taxas de retorno mais atrativas. Apesar do momento político delicado que o país enfrentava na época - em meio ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff -, o leilão teve interessados por 14 dos 24 lotes oferecidos, e marcou a virada do setor de transmissão. Desde então, as disputas têm sido acirradas, com deságios elevados e taxas de retorno mais achatadas.

"O investimento está em linha com nossa estratégia. A rentabilidade está melhor que a dos leilões recentes, o projeto tem escala intermediária e não traz riscos ao nosso portfólio, e aumenta o investimento e a extensão das nossas obras de transmissão", disse Setas.

Essa característica garantiu a atratividade do ativo para a EDP Brasil, compensando o atraso das obras, que deveriam ser concluídas em 2020, mas ainda não começaram a ser executadas. "Há uma parte da obra já licenciada mas ainda não foi iniciada. A outra parte ainda está em processo de licenciamento", disse Setas.

Segundo o executivo, o cronograma deve ser revisto pela EDP, que admite a possibilidade de pagar penalidades à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pelo atraso em disponibilidade da linha. Ainda assim, a conta fecha com a rentabilidade adequada. "Obviamente a experiência da EDP vai ser importante para recuperar de alguma forma os atrasos do projeto", disse Setas, lembrando que o primeiro ativo de transmissão construído pela companhia, uma linha no Espírito Santo, ficou pronto 20 meses antes.

A EDP ainda não tem uma estimativa para conclusão do projeto, e seria "premature" falar em prazos neste momento, de acordo com o executivo. "O

ativo não tem nenhum desafio que tenha sido identificado como intransponível", disse Setas. Além disso, o trecho de Santa Catarina tem grande sinergia com outro projeto de transmissão da EDP no Estado.

A localização no Sul do Brasil foi outro atrativo para a EDP, que considera a região estratégica para suas operações. Além dos investimentos em transmissão em Santa Catarina, a companhia é também sócia minoritária da estatal Celesc. "A mensagem que o Grupo EDP recebeu em Santa Catarina é que investimentos são bem-vindos", disse Setas.

Com a aquisição, os investimentos projetados para o segmento de transmissão no Brasil até 2022 sobem de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 3,5 bilhões. Apenas neste ano, a expectativa é de desembolsos de R\$ 2 bilhões, mas o empreendimento adquirido deve envolver gastos a partir do ano que vem. O portfólio de transmissão da EDP vai crescer de 1,3 mil quilômetros de linhas para 1,44 mil quilômetros, reforçando a presença no setor.

O financiamento da aquisição ainda não foi estruturado, já que os desembolsos ficarão para 2020, mas a companhia vê com otimismo o momento do mercado. Além dos bancos de fomento BNDES e BNB (que não poderá ser acessado nesse caso por ser um projeto no Sul), a EDP avalia acessar o mercado de capitais com a emissão de debêntures, solução já usada em outros empreendimentos. A empresa pretende participar do próximo leilão de transmissão, previsto para o fim do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem elimina pendência, mas muita cresce

Última pendência relacionada à Operação Lava-Jato, o acordo de leniência da Braskem com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) elevou a R\$ 3,5 bilhões o valor total das multas e indenizações que deverão ser pagas pela companhia após o reconhecimento de práticas irregulares reveladas pela Operação Lava-Jato. O mais recente acordo também estava na lista de temas que deveriam ser solucionados, ou ao menos bem encaminhados, dentro das negociações para venda da petroquímica pela Odebrecht para a LyondellBasell.

Na terça-feira, a Braskem informou que o conselho de administração aprovou a assinatura do acordo, com pagamento adicional de R\$ 410 milhões. Em 2016, a petroquímica já havia se comprometido a pagar cerca de R\$ 3,1 bilhões, ou US\$

957 milhões, em acordos fechados com autoridades no Brasil, Estados Unidos e Suíça. À época, a companhia também aceitou implementar um rígido programa de conformidade e submeter-se a uma monitoria externa.

O valor adicional acertado nesse acordo, calculado a partir de um método diferente daquele usado no estabelecimento da multa de R\$ 3,1 bilhões de 2016, será pago em duas parcelas, nos anos de 2024 e 2025, fim do prazo de parcelamento da multa inicial. No acordo fechado com o Ministério Público Federal (MPF), a Braskem havia acertado o pagamento de R\$ 1,6 bilhão à vista e R\$ 1,5 bilhão em seis parcelas anuais a partir de janeiro de 2018, reajustadas pelo IPCA.

O acordo com AGU e CGU era uma das pendências que deveriam ser resolvidas antes de um potencial acordo entre Odebrecht e LyondellBasell. Porém, ainda faltam a entrega do formulário 20-F referente ao exercício de 2017 nos Estados Unidos e a definição dos valores que a Braskem terá de desembolsar em Alagoas, por causa do afundamento do solo em três bairros de Maceió que foi associado à extração de sal-gema da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Minério cai 2,3%

O preço do minério de ferro fechou ontem em queda no mercado transoceânico, em meio a retração nos contratos futuros e nos preços do aço. A cotação da tonelada do minério teve decréscimo de 2,3% no porto de Qingdao, na China, para a US\$ 106,11, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB". A cotação se refere ao minério com teor médio de ferro de 62%. Na segunda-feira, a commodity tinha subido 3,1%, para US\$ 108,62.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Francisco Góes e Gabriel Vasconcelos | Do Rio

Título: Venda de ativos da Petrobras volta ao STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga amanhã, em plenário, se mantém ou não a liminar do ministro Edson Fachin que suspendeu, na segunda-feira, a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), por falta de licitação. A Petrobras vive a expectativa de que a decisão seja revertida, mas o histórico recente da Corte não é favorável à estatal. Em um ano, ao menos três ministros do STF já emitiram decisões que afetam diretamente as negociações da petroleira.

Segundo advogados consultados pelo **Valor**, a decisão mais recente do Supremo lança incertezas jurídicas sobre o plano de venda de ativos da petroleira como um todo. O receio no mercado é que a decisão de Fachin abra espaço para contestações de outros desinvestimentos em curso, como a Liquigás, e crie ainda dúvidas sobre processos futuros, como o plano de vendas das refinarias e até mesmo sobre a oferta secundária de ações (follow-on) da BR Distribuidora.

Ontem, a Engie informou que permanece interessada na TAG. Em nota, a multinacional esclareceu que não comenta questões legais em andamento, mas que as "equipes e o corpo de diretores da empresa estão plenamente comprometidos com o processo".

Sócio-sênior do Kincaid Mendes Vianna, Godofredo Mendes Vianna, disse que a decisão de Fachin se restringe à TAG, mas cria um precedente que pode vir a ser usado para questionar outros desinvestimentos na primeira instância. Diogo Ciuffo, sócio do Bichara Advogados, entende que, embora a liminar do ministro Fachin aplique-se ao caso da TAG, a decisão é tomada com base em entendimento anterior do ministro Ricardo Lewandowski, cuja eficácia é "global". "Hoje seria praticamente impossível [para a Petrobras] vender ativos com dispensa de licitação", disse Ciuffo, em referência à decisão de Lewandowski, que, em junho de 2018, proibiu a venda de estatais e suas subsidiárias sem aval prévio do Congresso.

Especificamente sobre o "follow-on" da BR, Ali El Hage Filho, do Veirano Advogados, afirma que, por se tratar de uma oferta de ações na bolsa, e não de uma venda para uma empresa de forma específica, o negócio não seguiria o entendimento dos ministros. Segundo o advogado, porém, há brechas para interpretações de que, se a Petrobras vier a perder o controle sobre a BR, o "follow-on" da distribuidora possa ser barrado.

"No caso da BR, por se tratar de 'follow-on', acho que pode haver um tratamento diferente. Mas, em princípio, se a ideia [da Petrobras] é ficar com apenas 40% das ações, a regra [lei de licitações e aprovação legislativa] ainda se aplica, porque diz sobre o controle. Se vai fazer isso via bolsa ou via investidor estratégico, não deveria fazer muita diferença para o texto da lei", pondera.

O argumento é reforçado por Leonardo Miranda, sócio do Tozzini Freire. "Há a diferença de ser uma operação em bolsa, mas o racional por trás, que é a venda de controle, é o mesmo", disse.

O mesmo vale para as refinarias, caso o modelo de negócio inclua a formação de subsidiárias para futura venda. "Enquanto não houver decisão [final] do Supremo, toda venda de subsidiária [de estatal] vai precisar de autorização específica [do Congresso]", disse Carolina Fidalgo, do Rennó, Penteado, Reis & Sampaio Advogados.

A decisão do ministro Fachin de suspender a venda da TAG para a Engie e o fundo canadense CDPQ, por US\$ 8,6 bilhões, não é o primeiro revés da Petrobras no STF. Na pauta do Supremo de amanhã, está previsto também o julgamento da liminar de Lewandowski, que proíbe a venda do controle de estatais e de suas subsidiárias sem o aval prévio do Legislativo. Para Ali El Hage Filho, a situação da estatal no STF é "bastante desconfortável".

"O fato de termos dois ministros [Lewandowski e Fachin] se manifestando, adiantando entendimento sobre o mérito, faz com que a Petrobras já comece dois pontos atrás. Não dá para dizer o que o pleno vai decidir dessa maneira [pela suspensão dos desinvestimentos] porque existem outros nove votos a se conhecer. Mas acredito que, ainda assim, é uma situação bastante desconfortável para a Petrobras", afirmou.

Para Giovani Loss, do Mattos Filho, as decisões de Fachin e Lewandowski não têm efeitos sobre a venda de campos de óleo e gás, mas reconheceu que até mesmo esses negócios podem ser afetados indiretamente pela posição do Supremo. Ele afirma que, em dezembro, o ministro Marco Aurélio Mello suspendeu os efeitos do decreto nº 9.355/18, que estabelecia regras de transparência e boas práticas para a venda de campos, em consonância com a sistemática acordada com o Tribunal de Contas da União (TCU). A liminar foi derrubada em janeiro.

"Mesmo esses processos [de venda de participações nos campos], apesar de não serem afetados diretamente pela decisão [de Fachin], vivem uma insegurança, porque a Suprema Corte vai, em algum momento, lidar com esse tipo de processo também. E se ela está tendo uma rigidez interpretativa, uma interpretação contrária à lógica de se vender para entidades privadas, obviamente isso causa apreensão", afirma Loss.

Vianna comenta que é provável que os ministros Lewandowski, Fachin e Marco Aurélio caminhem para o impedimento das vendas de subsidiárias nos termos atuais. "Mas, quanto a muitos dos demais [ministros], não encontramos precedentes. Então está em aberto", disse.

Para Loss, a Petrobras assumiu um risco ao retomar a venda da TAG, em janeiro, depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou uma decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) que obrigava a licitação da TAG. No momento em que optou por retomar a negociação, a estatal já estava ciente da liminar de Lewandowski. "Mas esse risco do contencioso é presente em qualquer privatização no Brasil", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Carreira

Autor: De São Paulo

Título: Agenda para crescimento requer mais que reformas

Reformas da Previdência e tributária são consideradas o "marco zero" da retomada do crescimento econômico sustentável pelos gestores que receberam ontem, em São Paulo, o "Prêmio Executivo de Valor". Eles ressaltaram, porém, que além dessa pauta prioritária, é preciso investir em infraestrutura, educação de qualidade, avançar na desburocratização, promover a abertura de mercados externos e reduzir o peso do Estado na economia.

"Nada de bom vai acontecer no Brasil sem uma reforma robusta da Previdência e tributária", disse Harry Schmelzer Jr., presidente da WEG, premiado na categoria máquinas e equipamentos. "Porém, é fundamental que sejam complementadas com medidas como a simplificação das licitações e de licenciamento ambiental, entre outras, o que agilizará as concessões e privatizações."

José Galló, presidente da Renner, premiado na categoria indústria da moda, considera a reforma da Previdência fundamental, mas como um "começo" e não um "fim": "[A reforma] é praticamente simbólica". Ele ressaltou que os resultados serão sentidos ao longo de dez anos, e os primeiros efeitos apenas em 2021. "Em um país em situação semi caótica, sem crescimento e com 13 milhões de desempregados."

Os empresários brasileiros até agora estão em um "silêncio patriótico", disse Galló. "Está na hora de transformar esse silêncio em posição forte, porque temos que fazer nossa parte também, não adianta só ficarmos torcendo", afirmou. "O Brasil não pode mais esperar, já perdemos seis meses."

A proposta teve apoio do presidente da Suzano Papel e Celulose, Walter Schalka, que ao receber o prêmio na categoria papel, papelão e celulose, afirmou que os empresários e executivos precisam assumir o papel de agentes de transformação. Ele enfatizou a necessidade de uma reforma do Estado. "Caro e ineficiente, o Estado não tem sido capaz de prover o nível de serviços à população. Essa reforma específica, disse o executivo, seria executada em parte por meio das privatizações e, em outra medida, pela revisão da operação da máquina estatal.

Eduardo Fischer, presidente da MRV, premiado na categoria indústria da construção, também defendeu que a participação do Estado na economia precisa diminuir. "Somente assim teremos um crescimento sustentável e uma economia forte."

Mudar a Previdência "é a pauta prioritária em todos os debates econômicos e deverá influenciar diretamente os níveis de investimento e consumo no Brasil nos próximos anos", afirmou o tricampeão no setor de mineração, metalurgia e siderurgia, Tito Martins, presidente da Nexa Resources. E o governo deve, segundo o executivo, continuar construindo alternativas para desburocratizar a economia, como a digitalização e simplificação de processos.

Na visão de Ana Paula Assis, gerente-geral da IBM, premiada em TI& telecom, um crescimento mais robusto e sustentável depende de aumentar a geração de empregos formais e a produtividade. "Isso será possível através do investimento em educação, bem como estabelecendo um ambiente propício a investimentos de longo prazo - especialmente nas área de tecnologia e pesquisa e desenvolvimento de ponta que fomentem a inovação. Estes são elementos fundamentais para que o Brasil possa inserir-se nas novas cadeias produtivas da indústria 4.0."

O crescimento também está atrelado ao livre comércio e ao avanço de uma agenda mais pragmática, além da simplificação tributária e desburocratização, avaliou o presidente da Cargill, Luiz Pretti, premiado em agronegócio. "Além disso, não podemos de forma alguma retroceder em políticas de proteção ao ambiente, como o Código Florestal Brasileiro."

O tema também preocupa João Paulo Ferreira, presidente da Natura, vencedor em bens de consumo, para que não se volte atrás em passos importantes dados nos últimos anos. "[Além da reforma previdenciária e tributária é preciso]

atentar-se à educação e meio ambiente como principais diferenciais que o Brasil tanto anseia."

A agenda de desestatização do governo brasileiro é tão importante para a recuperação sustentável da economia quanto a pauta de reformas estruturais, segundo avaliação de Miguel Setas, presidente da EDP Energias do Brasil, premiado no setor de energia. Para ele, além das reformas, as privatizações são essenciais, no contexto de melhora global do ambiente de negócios para captação de investimento estrangeiros.

Quatro movimentos são considerados essenciais por Julio Fontana Neto, presidente do comitê operacional e membro de conselho de administração da Rumo Logística, premiado em infraestrutura: "Uma reforma política que aprimore o sistema eleitoral; uma nova rodada de reformas trabalhistas que desonerem folhas de pagamento e melhorem os salários; financiamento para projetos de infraestrutura, com prazos e taxas adequados às necessidades das empresas do setor e uma reforma da educação."

De acordo com Manfredo Rübens, presidente da Basf para a América do Sul, vencedor em indústria química e petroquímica, é indispensável que as reformas estruturais estejam atreladas à redução da carga tributária para a indústria e à desburocratização. "A retomada se dará também com as privatizações, modernização da infraestrutura nacional, disponibilidade de crédito, e com a inserção gradual e responsável do Brasil na economia internacional", disse.

David Vélez, fundador e CEO do Nubank, premiado como jovem liderança e na categoria serviços digitais, afirmou que o Brasil ainda precisa de mecanismos para destravar os investimentos capazes de gerar renda e incentivar o consumo. "As empresas ainda enfrentam obstáculos que dificultam o empreendedorismo. Um dos principais continua sendo a formação dos talentos necessários para produzir e inovar", disse. De acordo com dados do Fórum Econômico Mundial, num ranking de Disponibilidade de Cientistas e Engenheiros, o Brasil ocupa a 90ª posição entre 137 países.

Com a aspiração tornar o Brasil um dos 50 melhores países para se fazer negócios, John Rodgerson, presidente da Azul, afirmou que, para isso, é preciso equilibrar as contas públicas, racionalizar a carga tributária, aumentar o respeito aos contratos e a previsibilidade das normas. "Não vai ser fácil nem rápido, mas vai compensar, com aumento da atividade econômica e geração de empregos e riqueza para milhões de brasileiros", disse o executivo premiado em logística e

transportes. (Colaboraram Camila Maia, Flavia Furlan, Gustavo Brigatto Ivo Ribeiro, Kauanna Navarro, Leila Souza Lima, Marli Olmos e Stella Fontes)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto e Ana Krüger | De Brasília

Título: Relator da regra de ouro reduz aval a créditos à espera de clareza nas contas

Relator do projeto que autoriza o governo a descumprir a regra de ouro da economia - e com isso evitar a paralisação do serviço público ou um crime de responsabilidade fiscal-, o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) afirmou ontem ao **Valor** que seu parecer só vai liberar parcialmente os créditos pedidos pelo governo e que o dinheiro será suficiente apenas até outubro, quando o Executivo terá que pedir outra suplementação.

O governo precisa de autorização do Congresso para descumprir a chamada regra de ouro (que proíbe contrair dívida maior que o volume de investimentos) para não ficar sem dinheiro para pagar despesas como o Bolsa Família e benefícios previdenciários este ano. A princípio, a equipe econômica pediu crédito suplementar de R\$ 248 bilhões, mas agora reduziu o número para entre R\$ 110,6 bilhões e R\$ 146,7 bilhões - este segundo é o cenário mais provável, segundo documento do governo.

Para Rocha, a falta de um número preciso dá motivos para que o Congresso autorize um valor menor. "O governo não sabe se vai precisar de R\$ 110 bilhões ou R\$ 140 bilhões. O secretário disse que isso depende de um monte de variáveis. Vou autorizar R\$ 70 bilhões, o que paga até outubro, e depois que ele tiverem mais clareza pedem outro crédito", disse o relator. Esses valores, afirmou, serão suficientes para o "essencial": Bolsa Família, BPC e Plano Safra - alvo de preocupação do Ministério da Agricultura, que cogita até adiar o lançamento do seguro, marcado para 12 de junho, por falta de dinheiro.

Rocha afirmou que um segundo pedido de crédito suplementar em outubro pode nem ser necessário porque o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou que, se houver sucesso em realizar o megaleilão do pré-sal, não haveria necessidade de um crédito tão grande. Além disso, a Receita terá mais condições de estimar a arrecadação mais próxima do fim do ano.

"Aí eles mandam outro projeto se for necessário ou alteram o PLN 2 para permitir colocar dinheiro do superávit financeiro em custeio", afirmou o relator.

Segundo Rocha, os créditos que serão autorizados por seu parecer não englobam o montante que será necessário para pagar os benefícios previdenciários, que não terão dinheiro a partir de outubro. "Se dermos mais do que o governo precisa e venderem os ativos, podem acabar criando mais gastos", disse.

O governo, após quase um mês, atendeu a reivindicação do parlamentar e encaminhou nota técnica para dizer qual o volume de créditos suplementares que será necessário, de fato, para fechar as contas do ano - o que pressupõe também a autorização do Congresso para que a regra de ouro seja descumprida. Waldery se reuniu com o relator ontem e oficializou que o valor será menor que o projetado originalmente.

O documento lembra que o resultado do Tesouro, em março de 2019, apontou necessidade de R\$ 110,4 bilhões, mas que "essas projeções divulgadas mensalmente estão sujeitas a alterações devido à volatilidade das variáveis envolvidas", como investimentos não realizados e contingenciamento de gastos, e por isso a Fazenda pede os R\$ 146,7 bilhões como "margem de segurança" contra imprevistos.

Outras quatro medidas podem ter impacto positivo nas contas do governo, mas não foram consideradas nesse cálculo: a concessão de petróleo e gás, como o megaleilão que o governo deseja realizar; o cancelamento de restos a pagar; antecipação do cronograma de devolução de recursos do BNDES ao Tesouro; e otimização de fontes e desvinculação de recursos.

A não autorização pelo Congresso para que o governo emita dívida para pagar despesas de custeio, como o Bolsa Família, levará o presidente Jair Bolsonaro a um impasse: travar esses pagamentos ou correr o risco de responder por crime de responsabilidade fiscal - o que pode justificar até um impeachment. O projeto ainda precisa passar pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, depois, pelo plenário do Congresso - o que exige, antes, a votação de 22 vetos presidenciais ainda não apreciados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/05/2019

Seção: Economia

Autor: Barbara Nascimento Cristian Favaro

Título: Ministro critica liminar do STF contra TAG

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, fez críticas à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, de suspender a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobrás. "Não dá para

vender uma empresa de gás como a TAG, por US\$ 8,6 bilhões, e ter uma liminar paralisando. Isso é uma péssima sinalização e não faz o menor sentido", afirmou ontem, em evento em São Paulo.

Fachin estabeleceu, em decisão assinada no dia 24, que a venda da TAG só pode ser feita mediante processo de licitação. A determinação se deu quase dois meses depois de a Petrobrás anunciar a venda de 90% da sua subsidiária para um consórcio formado pela francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Depot e Placement du Quebec (CDPQ). Em nota, a Engie afirmou que permanece interessada na compra da TAG. / COLABOROU LUCIANA COLLET

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/05/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Estatais no tapetão

Liminar do ministro Fachin suspende venda de subsidiária da Petrobras; STF precisa restabelecer logo segurança jurídica para ajustes e privatizações

Composto pela gigante estatal e suas subsidiárias, o grupo Petrobras contava 44 empresas em 2016. Ao final do ano passado, o número havia caído a 36, graças a um programa de desinvestimentos tido como fundamental para a recuperação financeira da companhia.

Quando o desinvestimento é chamado de privatização, porém, o processo de venda de ativos começa a correr riscos na Justiça.

Assim se viu, mais uma vez, na segunda-feira (27), quando uma liminar do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras, realizada em abril por US\$ 8,6 bilhões (mais de R\$ 34 bilhões pelas cotações atuais).

Embora não fosse controlada diretamente pelo Tesouro Nacional, a TAG figurava entre as estatais federais por pertencer à petroleira. Por esse motivo, Fachin concluiu que o negócio depende de autorização do Legislativo e deve se dar por meio de licitação.

Trata-se de uma decisão monocrática a interferir numa operação de grande vulto, com impactos dramáticos sobre o balanço da empresa e, potencialmente, sobre os investimentos no setor. Pior, ela não se amparou em um entendimento consolidado no tribunal.

Foi somente em junho do ano passado que outro ministro do STF, Ricardo Lewandowski, proibiu por liminar privatizações, inclusive de subsidiárias, sem aval do Congresso e processo licitatório. O texto da medida, que falava em “vaga de desestatizações” e do risco de “prejuízos irreparáveis ao país”, mal disfarçava o tom ideológico.

Convém recordar que o Programa Nacional de Desestatização (PND) consta da legislação desde 1990. Foi reorganizado pela lei 9.491, de 1997, que autoriza a União a vender empresas sob seu controle direto e indireto e a conceder serviços à exploração privada.

O texto estabeleceu as exceções — Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, instituições de fomento regional e os setores de petróleo, exploração de gás natural e materiais nucleares. A TAG, como diz a sigla, é uma transportadora.

Menos mal que o Supremo tenha marcado para esta quinta-feira (30) um julgamento do tema pelo plenário. Que chegue a um entendimento racional e duradouro.

Em suas diferentes modalidades, a privatização se mostra um caminho promissor para enfrentar a crise orçamentária e viabilizar investimentos. Precisa-se de boa regulação setorial e segurança jurídica, a fim de evitar que cada passo venha a ser contestado no tapetão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Thiago Resende

Título: Relator estuda conceder autorização parcial para governo federal descumprir regra de ouro

BRASÍLIA- O relator do projeto de lei que autoriza o governo a descumprir a "regra de ouro", deputado Hildo Rocha(MDB-MA), deve dar um aval apenas parcial, o que pode ser insuficiente para que o presidente Jair Bolsonaro pague despesas com Previdência Social até o fim do ano. Dos R\$ 146,7 bilhões pedidos pela equipe econômica, o deputado quer permitir que R\$ 70 bilhões sejam captados por títulos públicos. Assim, se o governo federal não conseguir receitas extraordinárias até outubro, teria que enviar outro projeto de lei para obter recursos para aposentadorias e pensões.

Isso deixaria Bolsonaro mais uma vez refém da aprovação do Congresso Nacional. Por causa da crise nas contas públicas, o governo pediu, no início do ano, ao Congresso uma autorização para se endividar e usar esses recursos no

pagamento de despesas, como aposentadorias, transferências do Bolsa Família e o BPC (benefício assistencial a idosos carentes).

A chamada "regra de ouro" impede o governo federal de se endividar para pagar despesas correntes, como salários, Previdência Social e benefícios assistenciais.

O ministro Paulo Guedes (Economia) pediu ao Congresso que, em 2019, seja aberta uma exceção a essa limitação. A estimativa inicial era de R\$ 248,9 bilhões com recursos a serem obtidos com títulos do Tesouro Nacional.

No entanto a equipe econômica do governo informou, nesta terça-feira (28), que precisará de se endividar para bancar gastos no montante de R\$ 146,7 bilhões.

Isso porque o restante (R\$ 102,2 bilhões) seria financiado com recursos do retorno de financiamentos concedidos a estados e municípios e do Banco Central, por exemplo.

Mas esses R\$ 102,2 bilhões também dependem de autorização do Congresso. Sem a aprovação dos parlamentares, o governo não pode pagar despesas previdenciária — tipo de gasto vinculado a essa receita orçamentária.

Rocha, contudo, acredita que o governo não precisará se endividar no patamar de R\$ 146,7 bilhões no ano.

Ele afirmou que deve dar aval apenas para R\$ 70 bilhões, porque ainda há a possibilidade de os cofres públicos arrecadarem dinheiro com concessões no setor de petróleo e gás (leilão do excedente de petróleo decorrente da cessão onerosa) até o fim do ano.

"Não quero dar uma autorização além do necessário", afirmou o relator. De acordo com ele, ao se endividar mais do que precisa, o governo teria que dispor de mais dinheiro para arcar com os juros.

O deputado deve debater o assunto nesta quarta-feira (29) com o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil).

O governo precisa aprovar o projeto de lei que autoriza o descumprimento da "regra de ouro" até junho, quando começarão a faltar recursos para o BPC.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 29/05/2019****Seção: Opinião****Autor Ruy Castro****Título: Consultores de investimentos**

Certas notícias são de tirar o fôlego. Na semana passada, a Justiça bloqueou R\$ 258 milhões da conta bancária do senador Fernando Bezerra Coelho, ex-PSB-PE, hoje MDB-PE, por suspeita de envolvimento nas aventuras da Petrobras com construtoras e refinarias durante os anos Dilma. Bezerra Coelho é o atual líder do governo Jair Bolsonaro no Senado. Apesar desse rombo nas suas economias, ele não parece estar perdendo o sono. Pelo menos, em foto tirada no mesmo dia ao lado do presidente, estava feliz da vida.

Dias depois, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) aplicou uma multa de R\$ 536 milhões no empresário Eike Batista, por uso de informação privilegiada para negociar ações de suas antigas empresas de petróleo e gás. Você se lembra de Eike. Há poucos anos, chegou a ser um dos homens mais ricos do mundo — hoje, não pega nem quinta divisão. Mas não se queixa. Em seu apogeu, quando lhe perguntavam como podia ser tão rico, ele respondia: “Eu faço riquezas do nada”. Sabemos agora que não estava mentindo.

E esta é a chave para quem quiser ficar rico — fazer dinheiro do nada. Fabrício Queiroz, ex-motorista do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, também explicou como conseguia movimentar milhões com seu miserável salário na carteira: “Eu sei fazer dinheiro”. E como era isto? Segundo ele, comprando e vendendo carros com lucros fabulosos. Mas, para outras correntes filosóficas, seria recheando o gabinete do chefe com funcionários fantasmas e dando interessantes destinos ao dinheiro.

O próprio Flávio Bolsonaro é outro que sabe fazer dinheiro. Por mais elásticos o salário e as verbas de gabinete de um deputado estadual, só mesmo a vocação para fazer dinheiro explica tantos imóveis negociados em tão pouco tempo e com lucros de 400%.

Se não fossem tão ocupados, Bezerra, Eike, Queiroz e Flávio seriam insuperáveis como consultores de investimentos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/05/2019****Seção: Colunas****Autor: Élio Gaspari****Título: O golpismo continua no ar**

Durante a campanha eleitoral, o general Hamilton Mourão falava em "autogolpe". Pouco depois da vitória de Jair Bolsonaro, seu ministro da Economia sonhava com uma "prensa" no Congresso. Há pouco, o doutor Paulo Guedes queixou-se de uma imprensa "a fim só de bagunçar" e de uma oposição que quer "tumultuar, explodir e correr o risco de um confronto sério". Quem ouviu a rua no domingo sabe que o sujeito oculto e às vezes explícito dos discursos e cartazes era a hostilidade ao Congresso. Esse é o nome do golpismo.

Nem todos os 58 milhões de pessoas que votaram em Jair Bolsonaro eram golpistas, mas todos os golpistas votaram no capitão. Passados cinco meses, a banda golpista encolheu na rua e no andar de cima. Como o sapo de Guimarães Rosa, não fez isso por boniteza, mas por precisão. Mesmo assim, escalou-se o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para o papel de Pixuleco da vez.

De boa-fé, o mais ardente dos bolsonaristas haverá de reconhecer que Maia defende a reforma da Previdência há mais tempo e com mais ardor que Bolsonaro. O golpismo está sem ideias.

Tome-se o caso da reforma. Os dois pontos mais contestados são as mudanças no benefício aos miseráveis e a proposta do regime de capitalização. Paulo Guedes já disse que a primeira mudança poderá ser opcional e a segunda, além de opcional, poderá ficar para mais tarde. Admitindo-se que se crie um regime de capitalização opcional para quem entra no mercado de trabalho e que o cidadão possa optar por um fundo do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica, onde está o problema?

A balbúrdia que ronda a reforma e outras iniciativas do governo não é alimentada por uma oposição tumultuante e explosiva. Ela vem de dentro de um governo desconexo onde brilha quem aposta no tumulto.

Bolsonaro tem quatro cavaleiros do Apocalipse. São os ministros Abraham Weintraub (Educação), Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Damare Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos). Basta compará-los a quatro ilhas de tranquilidade: Tereza Cristina (Agricultura), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)** e Santos Cruz (Secretaria de Governo).

Weintraub foi a espoleta que explodiu a crise nas universidades. Sintomaticamente, enquanto ele jogava gasolina, Bolsonaro comportou-se como bombeiro. Aceitou a lista tríplice da Federal do Rio de Janeiro e nomeou a professora Denise Pires de Carvalho para sua reitoria. Pouco depois, mostrou-se contrário à cobrança de anuidades nas universidades públicas. Coisa de comunista, diria um golpista.

Ernesto Araújo meteu-se na armação de um golpe perfumado na Venezuela, Ricardo Salles encencou-se com os financiadores internacionais do Fundo Amazônia e chamuscou a biografia de Joaquim Levy, presidente do BNDES, arrancando-lhe o afastamento da chefe do departamento de Meio Ambiente. Já a doutora Damares descobriu que Chico Buarque é um cantor.

Os Cavaleiros do Apocalipse estragam o serviço de ministros que trabalham sem bumbo. Tereza Cristina costurou uma trégua com a China. (Deve-se a ela o apoio do Brasil ao candidato chinês para a direção da FAO.) Tarcísio Gomes de Freitas dá nó em pingo d'água negociando leilões e concessões. Já o ministro de Minas e Energia cresce mantendo-se longe de debates inúteis.

No meio, está o Posto Ipiranga. Ainda não começou a vender berinjelas, e suas bagunçadas palestras são certamente um fator de desânimo para o empresariado. Ele ameaça ir embora do Brasil. Ninguém quer saber para onde vai. O que interessa é saber o que ele tem a oferecer, em 2019, para 13 milhões de desempregados. "Confronto sério" não gera emprego.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/05/2019

Seção: Economia

Autor: CAROLINA BRIGIDO, MARTHA BECK, BRUNO ROSA E RAMONA ORDONEZ

Título: Privatizações

Julgamento do STF pode afetar venda de US\$ 32,3 bi em subsidiárias da Petrobras

BRASÍLIA E RIO- O Supremo Tribunal Federal (STF) incluiu em sua pauta de julgamentos de amanhã duas ações que definirão o andamento do programa de privatizações do governo Jair Bolsonaro e têm o potencial de travar vendas de US\$ 32,3 bilhões em ativos da Petrobras.

No primeiro caso, o plenário decidirá se mantém liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski em junho do ano passado determinando que a privatização de estatais só seja feita com autorização do Congresso. No segundo, a Corte julgará liminar concedida na segunda-feira pelo ministro Edson Fachin suspendendo a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras.

O impacto potencial para a Petrobras considera o efeito sobre a venda do controle da TAG e de empresas como BR Distribuidora, Liquigas, Gaspetro e oito refinarias, com base nos valores de operações estimados no mercado.

Segundo a decisão de Lewandowski, para cada estatal, deve haver lei específica, aprovada pelo Legislativo, para vender mais de 50% das ações à iniciativa privada. Ele entendeu que alienações de bens públicos devem ser feitas mediante licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

O problema é que a Petrobras vende seus ativos por meio de processo competitivo, num modelo de venda debatido com o Tribunal de Contas da União (TCU). Se o entendimento de Lewandowski for mantido pelo plenário do STF, haverá atraso nas operações.

INTERFERÊNCIA PREOCUPA

Integrantes da equipe econômica admitem que a interferência do Supremo no processo de privatização de estatais pode atrapalhar os planos do governo de levantar R\$ 1 trilhão com a venda de empresas e participações acionárias. Isso, no entanto, só será definido quando a Corte tiver um posicionamento sobre as liminares. Num primeiro momento, afirmam os técnicos, o impacto maior é sobre a estratégia de negócios da Petrobras.

Técnicos do governo aguardam a decisão que o plenário do STF vai tomar em relação às liminares de Fachin e Lewandowski para avaliar o impacto sobre o restante do plano de privatizações do governo como um todo.

— Há expectativa de que a decisão do STF gere um efeito para todas as estatais que pretendem vender subsidiárias — diz Mário Cabral, professor da Mackenzie e advogado do escritório José Del Chiaro.

Ainda não está claro esse efeito porque, segundo os técnicos, há operações que não são abrangidas pela decisão dos ministros. O governo quer, por exemplo, privatizar os Correios e a Casa da Moeda. O plano para essas duas companhias é incluí-las no Plano Nacional de Desestatização (PND), o que as deixaria fora do alcance do entendimento de Lewandowski. A inclusão de uma empresa no PND é por meio de decreto.

No caso da Caixa, por exemplo, que quer abrir o capital das empresas responsáveis por sua área de seguros e loterias, também não haveria impacto, pois a operação não implica em perda do controle acionário. Também ficariam fora do alcance da Corte empresas como Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), uma vez que o plano do governo é fazer concessões.

PETROBRAS VAI RECORRER

A liminar de Lewandowski foi dada em uma ação direta de inconstitucionalidade de autoria da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), na qual questionam trechos da Lei da Estatais. Para Lewandowski, da mesma forma que a Constituição exige lei específica para se instituir empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista e fundação, o mesmo requisito deve ser observado no caso das privatizações.

Da mesma forma, o plenário do STF poderá manter ou revogar a decisão de Fachin, que suspendeu a venda de 90% da TAG, que controla gasodutos no Norte e Nordeste para a francesa Engie, por US\$ 8,6 bilhões. A Petrobras vai recorrer da decisão e ainda analisa se entrará com recurso antes da sessão de quinta-feira do STF ou depois.

Segundo analistas, o impasse pode afetar o caixa da estatal já no segundo trimestre, pois a empresa esperava concluir a operação em junho. A Petrobras deve alegar em seu recurso no STF que toda a sistemática de venda foi acordada com o TCU, num modelo que prevê anúncio ao mercado para atrair interessados e permite que os concorrentes reavaliem sua proposta com base no preço oferecido pelo ganhador.

Segundo o TCU, porém, a decisão do STF prevalece, já que é a última instância jurídica do país. "Qualquer avanço no processo de venda vai depender de nova manifestação do Supremo", disse, em nota.

Após a decisão do STF, a Engie reafirmou seu interesse na compra da TAG. Para Felipe Perez, diretor da consultoria internacional IHS Markit, o mercado de combustíveis no país é atraente, e os investidores não querem perder o timing das operações:

— Esse vaivém de liminares não só atrasa o processo, como também gera incerteza e preocupação entre os investidores interessados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/05/2019

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Os ventos sopram, mas a economia não ajuda

São Paulo — O Boletim Anual de Geração da ABEEólica, divulgado ontem na abertura do Brazil Windpower, em São Paulo, mostra que a energia eólica vem despontando na matriz energética do Brasil. Apenas em 2018, o país ganhou mais 1,94 GW de energia eólica em 75 novos parques, distribuídos por Bahia,

Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Maranhão. Com isso, no fim do ano, a capacidade instalada já havia chegado a 14,71 GW, distribuídos em 583 parques eólicos. Ela é composta por 14,44 GW de parques em operação comercial (98,17%) e 0,27 GW de operação em teste (1,83%).

Esse número representa 9% de toda a energia gerada no país — uma participação elevada se for considerado o tempo de desenvolvimento desse tipo de projeto em território nacional. Nos dias em que a geração é recorde, essa fonte chega a abastecer em torno de 14% do país. No Nordeste, onde está boa parte da operação, esse volume ultrapassa os 70%.

Em expansão

Atualmente, mostra o levantamento, o Brasil tem por volta de 7 mil aerogeradores em operação, distribuídos por 12 estados. Essa energia gerada pelos ventos é suficiente para abastecer, em média, cerca de 76 milhões de pessoas por mês. Ao longo de 2018, foram gerados 48,42 TWh de energia eólica, uma alta de 14,6% na comparação com 2017.

No ano passado, foram realizados dois leilões de energia — o A-4 e o A-6 —, que viabilizaram 1,25 GW de capacidade instalada em 48 parques. No A-4, a eólica foi responsável por 11,17% das contratações. Já no A-6 a participação da energia dos ventos chegou a 57,22%. Por conta do crescimento do mercado livre, o valor de contratações no ano é estimado em uma faixa bem acima dessa.

Outro dado relevante apontado pelo boletim é que 2018 foi o primeiro ano em que as contratações no mercado livre foram maiores do que nos leilões do mercado regulado. Segundo a publicação, foram realizados ao menos três grandes leilões para o mercado livre, dedicados à comercialização de energias renováveis.

Os números dessas operações não foram divulgados, mas a associação calcula que as empresas de energia eólica venderam por volta de 2 GW de capacidade instalada para o mercado livre em 2018. Com isso, o ano terminou com uma contratação estimada de pelo menos 3 GW de nova capacidade instalada.

Brasil em destaque

Segundo informações do Global Wind Energy Council (GWEC), no ano passado, o Brasil foi o quinto país que mais instalou energia eólica, atrás de China, Estados Unidos, Alemanha e Índia, que instalaram, respectivamente, 21,20 GW, 7,58 GW, 2,40 GW e 2,19 GW.

Na análise de Elbia Gannoum presidente executiva da ABEEólica, 2018 foi um ano favorável ao setor de energia eólica, tanto pelo aumento de produção e de novas instalações, quanto pelo desempenho dos leilões e pelo protagonismo do mercado livre, que, segundo ela, apresenta uma tendência de expansão nos próximos anos.

Para a representante da entidade, “a jornada da energia solar tem sido intensa e rápida no Brasil. Em 2012, o Brasil ocupava a 15ª posição em geração, mas no ano passado já estava em 8º lugar”. O Brasil já está entre as 10 potências em capacidade instalada.

Dá para crescer mais

Segundo Elbia, no entanto, o Brasil está abaixo do que teria condições de instalar se forem levados em consideração sua força de trabalho, o total de empresas e a capacidade de mobilização. “Com mais contratações, poderíamos facilmente instalar mais de 2 GW por ano com tranquilidade, mantendo nossa posição entre as potências mundiais e ampliando a participação da eólica na matriz brasileira”, afirma a executiva.

Para a presidente da associação, o Brasil tem tanto vantagens quanto desvantagens quando se trata de energia eólica. O principal ponto a seu favor é a grande extensão territorial. Com isso, o potencial eólico on-shore (em terra) do país é da ordem de 500 GW, e explora de 20% a 25% desse total. “O potencial é quase infinito. O vento brasileiro é forte, constante e unidirecional, principalmente no Nordeste, por isso vento é altamente produtivo”, avalia Elbia.

Economia atrapalha

Mas a principal desvantagem hoje, segundo a executiva, não tem a ver com a direção dos ventos, mas, sim, com o humor dos investidores. “O problema hoje está na macroeconomia, no crescimento econômico. Os investidores todos querem investir no Brasil, mas a economia não está crescendo e não há demanda suficiente na contratação de energia. Os investimentos só voltarão quando a economia se recuperar”, alerta a representante da ABEEólica.

A baixa expectativa de crescimento do país atrapalha, mas o câmbio desfavorável ao real não tem afetado a indústria eólica. Isso porque nos últimos seis anos a produção nacional de equipamentos tem crescido exponencialmente, reduzindo a exposição à moeda americana.

Esse crescimento visto na indústria eólica brasileira nos últimos anos tem uma explicação: a redução do custo da tecnologia. Segundo Elbia, esse foi um fator

decisivo para a expansão dessa fonte de geração de energia no país.

“O fator central foi a tecnologia, com a redução de custo. Agora, 10 anos depois do primeiro leilão de energia de fonte eólica, em 2009, vemos como os preços se tornaram competitivos. Por outro lado, as hidrelétricas foram se tornando mais escassas”, conta.

Em 2011, a energia eólica já se tornou a segunda fonte mais barata. A partir de 2017, ela passou a ser a primeira fonte, lembra Elbia. “Todo esse crescimento nos últimos 10 anos e o potencial a ser explorado têm a ver também com a disponibilidade de recursos. Diferentemente dos projetos de hidrelétricas, que se tornaram coisas escandalosas do ponto de vista socioambiental”.

“Brasileiro acha bonito”

Com os avanços tecnológicos, a energia eólica tem conseguido minimizar parte de seus problemas, apontados por especialistas. Um deles é o impacto visual e de ruído dos aerogeradores. Como eles têm sido construídos para serem ainda mais altos, o barulho já é menor para a população que mora nas proximidades dos parques. Já o efeito visual, afirma Elbia, não chega a ser um problema para os brasileiros.

“Sabemos que os brasileiros não se incomodam muito com o impacto visual, diferentemente dos europeus. O brasileiro acha muito bonito, portanto o impacto visual é subjetivo, depende da cultura”, diz. No Brasil, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) é responsável pelas regras para a instalação dos aerogeradores, que têm de estar dentro das regras mínimas de distância e de altura das áreas ocupadas por moradores.

Quanto aos impactos ambientais, Elbia acredita que a energia eólica “é a fonte com menor impacto ambiental de todas as fontes”. Segundo a executiva, na região Nordeste não há problemas de aerogeradores instalados em áreas onde há aves voando. Já no Sul, segue-se a restrição para a construção de parques eólicos onde há rotas migratórias de pássaros.

Elbia, no entanto, acrescenta um dado positivo em relação ao crescimento da energia eólica no país. “Quando os aerogeradores são levados para o interior do país, especialmente para o Semiárido, leva-se também o desenvolvimento com pouco recurso. Normalmente, os equipamentos são instalados em pequenas propriedades, que recebem um aluguel pela área ocupada (paga-se cerca de R\$ 1 mil por mês por aerogerador). Muitos viviam dos R\$ 100 ou R\$ 150 do Bolsa Família, então essa fonte de renda tem um impacto econômico e no desenvolvimento muito grande”, avalia a presidente da associação.

- **Chineses avançam no Nordeste**

Neste mês, foi anunciado o contrato entre a italiana Enel, por meio da subsidiária Enel Green Power, e a chinesa CGN Energy Internacional Holding para a venda de 540 megawatts em usinas eólicas e solares no Brasil. O negócio é avaliado em cerca de R\$ 2,9 bilhões e envolve 100% dos ativos, que já estão operacionais, com pagamento no momento da conclusão do negócio. Fazem parte do acordo as usinas solares de Nova Olinda, com 292 megawatts, no Piauí, e Lapa, de 158 megawatts, na Bahia, além do parque eólico Cristalândia, de 90 megawatts, também na Bahia.

A decisão de passar o ativo adiante tem a ver com a estratégia da Enel de “construir, vender e operar” (BSO, na sigla em inglês), e assim se capitalizar para outros projetos estratégicos. A transação deve ser concluída no terceiro trimestre deste ano. Em janeiro, a empresa chinesa já havia comprado cerca de R\$ 3 bilhões em ativos energéticos eólicos e solares pertencentes ao grupo italiano Enel Green Power.

Quase ao mesmo tempo em que acertou o acordo com a Enel, a CGN Energy International Holdings anunciou na China, durante visita do governador da Bahia, Rui Costa (PT), que investirá R\$ 1 bilhão em energia solar e eólica no estado. Os aportes serão feitos na região de Caetitê, Tanque Novo, em Morrinhos e Bom Jesus da Lapa.

MME / ASCOM .